

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.383.525 - SC (2013/0137781-8)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**EMBARGANTE** : UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC  
**REPR. POR** : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
**EMBARGADO** : STRATEGOS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA E OUTRO  
**ADVOGADO** : LEONARDO MARTINS FORNARI E OUTRO(S) - SC016888

**DECISÃO**

Trata-se de Embargos de Declaração, opostos pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC, contra decisão por mim proferida, que, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, deu provimento ao Recurso Especial, para julgar improcedente a presente Ação Rescisória (fls. 1.485/1.497e).

Inconformada, sustenta a parte embargante que "a decisão da Ministra Relatora foi no sentido de julgar improcedente a ação rescisória ajuizada pela UFSC. Todavia, em sendo caso de *querela nullitatis*, a decisão não deveria ser pela improcedência da ação, mas pela extinção da ação sem julgamento do mérito" (fl. 1.505e).

Por fim, "requer a V. Exa. a admissão dos embargos de declaração para que, sanando a contradição apontada, julgue extinta a ação sem julgamento do mérito" (fl. 1.506e).

Os Embargos de Declaração merecem acolhida.

De fato, consoante disposição do art. 490, I, do CPC/73, será indeferida a petição inicial da ação rescisória nos casos previstos no art. 295 do mesmo diploma.

O art. 295, V, por sua vez, disciplina que a petição inicial deve ser indeferida quando o tipo de procedimento, escolhido pelo autor, não corresponder à natureza da causa.

Nesse contexto, nos termos do art. 267, I, do CPC/73, extingue-se o processo, sem resolução de mérito, quando o juiz indeferir a petição inicial.

Desse modo, acolho os presentes Embargos Declaratórios para fazer constar do dispositivo da decisão embargada o seguinte:

"Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao Recurso Especial, para, nos termos dos arts. 267, I, e 490, I, do CPC/73, indeferir a petição inicial e julgar extinta a Ação Rescisória sem resolução do mérito".

Em face do exposto, acolho os Embargos de Declaração para sanar a omissão indicada, mantendo-se, quanto ao mais, a decisão embargada.

I.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

**MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**

Relatora

